

## TRIBUTO

Prorrogação do imposto do cheque põe em lados diferentes a bancada e os governadores do PSDB. Pressão faz senadores aumentarem o tom das críticas, mas conversas continuam hoje

# Tucanos com interesses opostos

GUSTAVO KRIEGER, LEANDRO COLON E MARCELO ROCHA

Brasília — A CPMF rachou o PSDB. Os governadores do partido defendem a prorrogação do tributo, que tem a maior parte de sua arrecadação repassada aos estados e municípios. Entre eles estão Aécio Neves e José Serra, de São Paulo, os dois candidatos em potencial à Presidência da República em 2010. Serra passou o dia ao telefone. Desistiu de falar com o líder da bancada, Arthur Virgílio (AM), cuja posição é mais radical. Aposta na interlocução do senador Sérgio Guerra (PE), eleito presidente do partido há duas semanas, com apoio dos governadores. Nos repetidos telefonemas, Serra cobrou racionalidade dos senadores.

A insistência de Serra provocou uma reação forte de Virgílio. Ele reclamou que um recuo de última hora desmoralizaria a bancada. Os senadores mais uma vez rejeitaram a proposta do governo. Desta vez, a portas fechadas, fizeram duras críticas aos governadores. E mesmo assim, Aécio e Serra não desistiram. Devem fazer uma nova rodada de pressão hoje.

A divergência sobre a CPMF encobre uma divisão interna mais profunda do partido. De um lado estão Aécio e Serra, que pregam a convivência pacífica com o governo Lula. Eles argumentam que os governadores dependem da parceria com o governo federal para administrar seus estados. Do outro, estão o ex-presidente Fernando Henrique e parte da bancada no Congresso, como Virgílio. Eles defendem a tese de que o partido deve atrapalhar Lula o máximo possível, para impedir que ele eleja seu sucessor em 2010. Está em jogo quem manda no PSDB.

As relações se tornaram mais tensas nos últimos dias, à medida em que ficou clara a possibilidade de que os votos do PSDB sejam decisivos para derrotar a CPMF. Os senadores argumentavam que ficariam desmoralizados, se mudas-

sem de posição à última hora, mas os governadores dobraram a pressão. Destacam que o partido terá um enorme prejuízo, se derrotar o tributo. O primeiro efeito seria a falta de dinheiro para a saúde nos estados administrados por tucanos. Lula já disse que retaliará os governadores, se perder os R\$ 40 bilhões da CPMF. O segundo efeito seria político. Quando faltar dinheiro para a saúde, os tucanos temem ser responsabilizados.

**ADIAMENTO** Por mais que a bancada negue, está preocupada com isso. Alguns senadores receberam apelos dos governadores a que são ligados. Nos estados onde os parlamentares tucanos são adversários do governador, o risco é que eles sejam responsabilizados pelos problemas no sistema local de saúde. Por isso, tentam negociar a volta da CPMF em 2008, ao mesmo tempo que combatem o tributo agora.

Virgílio fez uma consulta informal à secretaria da Mesa do Senado, para saber o que acontecerá se a votação da CPMF ficar para o ano que vem. Foi informado de que ela teria uma tramitação bem mais rápida do que se fosse rejeitada. Passou a apresentar a idéia como uma vantagem para todos. Seria bom para a oposição, que teria imposto uma derrota política ao governo, adiando a aprovação do tributo. E para o governo, que manteria a maior parte da arrecadação. Se a CPMF for aprovada no ano que vem, o governo terá de esperar três meses para voltar a arrecadar. Um quadro ruim, mas melhor do que perder de vez o tributo.

Seria também uma chance de o PSDB tentar reencontrar sua unidade e fugir do dilema em que se encontra. Ou dá a vitória ao governo e corre o risco de rachar sua bancada, ou impõe uma derrota a Lula, mas, no mesmo movimento, derrota os dois principais líderes tucanos.



Senadores do PSDB, em reunião ontem, reafirmaram posição contrária à CPMF. Muitos não aceitam a ingerência dos estados na bancada

## Lula apela a Arruda

LILIAN TAHAN E IZABELLE TORRES

Brasília — A dificuldade do governo de ter maioria na proposta que prorroga a CPMF obrigou o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a descer do Palácio do Planalto e participar do corpo-a-corpo, para tentar aprovar o imposto do cheque no Senado. Lula tomou para si a missão de combater um dos focos de resistência à matéria. Na manhã de ontem, desembarcou de helicóptero na residência oficial do governador do Distrito Federal, José Roberto Arruda. O presidente bem que se esforçou. Em 24 horas produziu boas notícias — que vão render R\$ 450 mi-

lhões em investimentos locais —, na expectativa de receber em troca um compromisso de apoio do representante da oposição. Mas a tentativa foi frustrada.

Lula saiu de lá sem a confirmação de que vai poder somar votos do DEM pela aprovação da contribuição. “Achei muito gentil do presidente vir à minha casa e anunciar pessoalmente que estamos prontos para contratar empréstimos. Mas deixei claro para o presidente que nesse tema específico da CPMF eu não posso fazer nada, o partido fechou questão e eu não vou contrariar a decisão e nem sugerir que ninguém faça isso”, afirmou Arruda.

Lula esperava a intervenção de Arruda para convencer o senador do DEM pelo DF, Adelmir Santana, a votar com o governo na CPMF. Mas Arruda garante ter descartado a possibilidade. “Me coloquei à disposição do presidente para abrir um caminho do diálogo entre o governo e a oposição nas próximas decisões. Sobre a CPMF, no entanto, não há mais nada que eu possa fazer”, reproduziu o governador sobre a conversa com Lula. Arruda também descartou a hipótese de nomear Adelmir para ocupar uma secretaria de governo e assim abrir a vaga no Congresso para o suplente Karim Nabut, filiado ao PMDB. Há alguns dias, o che-

fe do Executivo do DF foi sondado por um emissário do governo sobre essa possibilidade.

Entre as expectativas de Lula, também estava a de que Arruda tentasse convencer o diretório do DEM a não pedir a cassação dos mandatos dos senadores César Borges (PR-BA) e Romeu Tuma (PTB-SP) — que deixaram a legenda depois de 27 de março, quando o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) entendeu que os mandatos pertencem aos partidos e não aos eleitos. Em contrapartida, os senadores não só votariam a favor da proposta, como entrariam na campanha pelo apoio dos colegas à prorrogação do tributo.

## MARCOS COIMBRA

SOCIÓLOGO E CIENTISTA POLÍTICO  
MARCOS.COIMBRA@UOL.COM.BR



## Pesquisas municipais

A divulgação, domingo, de uma rodada de pesquisas de intenção de voto nas eleições municipais de 2008, realizadas pelo Instituto Datafolha, é uma boa oportunidade para discutir algumas questões interessantes sobre pesquisas e outros aspectos de nossa realidade política. Foram pesquisadas nove das principais capitais estaduais, entre os dias 26 e 29 de novembro.

A primeira é sobre o significado de fazer pesquisas à distância que estamos do processo eleitoral real. Como profissional da atividade, longe de mim a idéia de que uma pesquisa é desnecessária. Ao contrário, sempre há razões para fazê-las, quando mais não seja para servir de termo de referência para a construção de séries históricas e permitir

comparações futuras.

Há, no entanto, situações em que essa regra só se aplica com alguma cautela. Se, por exemplo, temos uma disputa razoavelmente estruturada, em que os contendores reais são naturais e conhecidos, faz todo sentido perguntar aos eleitores em quem votariam hoje, mesmo sabendo que a eleição está muito distante e que muita, mas muita, água ainda vai rolar por baixo da ponte.

Se, no entanto, o quadro está completamente indefinido, exatamente o que se mede quando uma lista de candidatos irreal é mostrada ao entrevistado? A notoriedade de alguém? Se as pessoas se lembram de um nome?

Tomem-se o caso dos números divulgados a respeito da situação de Belo Horizonte.

Nas quatro listas que a pesquisa empregou, variaram dois nomes do PSDB e dois do PT. Além deles, constaram mais cinco candidatos de outros partidos.

Em duas das listas, o nome do PT é o do ministro Patrus Ananias e ele fica atrás dos candidatos do PSDB. Isso quer dizer alguma coisa, que ele tem menos votos que ambos? Ou quer dizer que muitos eleitores da cidade apenas sabem que ele não será candidato, como tem repetido à saciedade? E os nomes do PSDB? Se o senador Azeredo já disse que não está no páreo, para que testar sua performance? Ou seja, de quatro listas, três têm não-candidatos declarados, exatamente entre os partidos mais fortes.

Nos cenários de Salvador e do Rio de Janeiro, fenômeno

típico de pesquisas feitas tão cedo ocorre. Nas duas cidades, lideram profissionais de rádio e televisão, que costumam largar bem e terminar nem sempre assim. Por motivos diferentes, algo de semelhante acontece em Recife, onde estão na frente dois políticos de tradição, mas que disputam um jogo em que os “grandes eleitores” (Lula, João Paulo e Jarbas Vasconcelos) não entraram ainda.

Em São Paulo, a pesquisa identificou uma queda de Geraldo Alckmin, que teria feito desaparecer sua vantagem sobre Marta Suplicy e provocado um empate técnico entre os dois. Mas que queda seria essa? Até que ponto ela não decorre somente da pequena decisão de voto, a esta altura, da maioria dos eleitores? Isto é, essa queda e uma eventual subida em futuro próximo não querem dizer, rigorosamente, nada.

Mas em uma coisa esse conjunto de pesquisas é muito revelador. Seus resultados

mostram quão bem os eleitores brasileiros aprenderam a usar o instrumento da reeleição. Aonde os prefeitos vão bem e podem disputar novo mandato, o quadro é claríssimo, sem exigir a invenção de listas implausíveis. Aonde vão mal, estão com evidentes problemas eleitorais.

Os quase 60% de Beto Richa, em Curitiba, atestados por inúmeras outras pesquisas, são prova de uma administração bem-sucedida. Os números de Fortaleza, Florianópolis e Salvador podem mudar até outubro do ano que vem. São, contudo, sugestivos de que o exercício do poder, em si, não é garantia de um bom desempenho nas pesquisas e, talvez, na eleição.

Quanto a Porto Alegre, como ninguém, até hoje, se reeleger nem no governo do estado, nem na prefeitura, a indefinição de agora é apenas característica do cenário sempre conflituoso da política

“

As pesquisas municipais mostram quão bem os eleitores brasileiros aprenderam a usar o instrumento da reeleição